



Aos dezanove dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, realizou-se, pelas dezasseis horas e vinte minutos, no salão nobre dos Paços do Município, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pela Sra. Presidente da Câmara Municipal Maria das Dores Marques Banheiro Meira e na mesma estiveram presentes o Sr. Vice-Presidente Manuel Joaquim Pisco Lopes e os Srs. Vereadores Fernando Jorge de Oliveira Paulino, Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ricardo Jorge Fialho Oliveira, Sandra Marina Lopes Frota Gomes e Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira e Silva.

O Sr. Vereador Fernando Miguel Catarino José esteve presente em substituição do Sr. Vereador Paulo Alexandre da Cruz Lopes, ficando o pedido de substituição e o documento de verificação de legitimidade e identidade de membro substituto, em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 e 2.

Secretariou a reunião, de acordo com n.º 3, do Artigo 25.º, do Regulamento da Organização de Serviços em vigor, o Diretor do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos, Paulo Jorge Simões Hortênsio.

#### **A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

##### **1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)**

- a) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito do Departamento de Urbanismo, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 3.
- b) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito do Departamento de Urbanismo (Licenciamentos), conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 4.
- c) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vice-Presidente, no âmbito da Divisão de Recursos Humanos, do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 5.
- d) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Vereadora Carla Guerreiro, no âmbito da Divisão de Higiene Urbana, do Departamento de Ambiente e Atividades Económicas, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 6.

## **2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia**

**Sra. Vereadora Sandra Gomes** – Queria parabenizar o Sr. Vereador da Educação, pela 4.ª Conferência Anual da Educação, que foi realmente muito importante, porque é ali que se vai beber, partilhar saberes e é assim que se consegue evoluir, ao nível da Educação. Depois, noutro assunto, gostaria só de pedir, se possível, o reforço da sinalização horizontal nas estradas da nossa cidade, mais propriamente as passadeiras. Devido à constante circulação de automóveis, muitas delas estão praticamente invisíveis, o que se torna às vezes perigoso.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Três breves apontamentos. Um primeiro, que tem a ver com este pequeno opúsculo que creio eu, está distribuído por todos os Vereadores, que é apenas um documento que reflete a exposição “*Reflexos*”, que está patente desde a passada quinta-feira, dia 13 de setembro, em cinco espaços municipais da nossa cidade e que é, em parceria com a Galeria Ratton, uma extraordinária exposição, consideramos nós.

E, neste sentido, também queremos partilhar com os senhores Vereadores a informação que está disponibilizada, nomeadamente muitas das obras que estão refletidas nestes mesmos espaços, com alguns dos maiores artistas portugueses, do Júlio Pomar à Paula Rego, à Graça Morais, ao João Vieira, etc.

Portanto, é uma informação, mas também um convite para quem tiver oportunidade de visitar a exposição.

Queria, ainda dar conta nesta reunião de Câmara, que a 5.ª Edição do Encontro Ibero-Americano EXIB Music, será realizada em Setúbal entre os dias 13 e 15 de junho. Trata-se de um encontro internacional, organizado pela Organização de Estados Ibero-Americanos, em parceria com a Câmara Municipal de Setúbal.

Portanto, pela primeira vez, terá lugar na nossa cidade. É uma grande exibição de música ibero-americana, com mais de 21 participantes da Península Ibérica e do continente da América do Sul, que eu considero, que consideramos nós, que é um extraordinário elemento e acrescento ao capital valioso da nossa cidade.

Setúbal foi escolhida por esta organização por considerarem, pela sua situação, pelas suas qualidades ímpares, por estar integrada no Clube das Mais Belas Baías do Mundo, pela relação com os estuários naturais, o do Sado e o da Arrábida.

Por tudo isto, congratulamo-nos, também por esta 5.ª Edição do EXIB Music acontecer no mês de junho de 2019.

Para terminar, pode parecer um bocadinho redundância, uma vez que faço também parte do executivo municipal, mas não posso deixar de congratular-me, enquanto vereador, mas também, de felicitar todos os trabalhadores da Câmara Municipal, mas acima de tudo, todos os munícipes, sem exceção, desta extraordinária cidade, deste extraordinário município, pela forma envolvente que tiveram, no Dia da Cidade, no dia 15 de setembro.

Consideramos, pela avaliação que já nos é possível fazer, que foi um extraordinário dia, desde a sessão solene da manhã até ao final do dia, com o concerto na Praça de Bocage. Um extraordinário momento de participação e de adesão de todos os setubalenses, azeitonenses e das várias freguesias da nossa cidade, que aderiram, em massa às diferentes e múltiplas atividades que foram proporcionadas, com um conjunto de apontamentos que enriqueceram certamente este dia, o Dia da Cidade de Setúbal.

Portanto, não poderia deixar também de dar esta nota.

**Sra. Presidente** – Quero reiterar que, de facto, foi um dia fantástico, mas lamentar a não presença do Partido Social Democrata. O PSD é eleito pelos nossos munícipes. Portanto, num dia tão importante para a cidade, acho muito mau, para o PSD, que não tenha estado ninguém em representação de um partido que está aqui a representar, também, os setubalenses que votaram neles. Portanto, deviam estar no mínimo, na sessão solene ou na deposição de flores, no monumento ao Bocage.

Acho que não se exigia mais. Cada um faz o que muito bem entende. Agora, na sessão solene em que homenageamos, quer figuras públicas ou não, figuras que para nós significam muito - por isso é que votámos nelas, para serem homenageadas -, quer na homenagem que fizemos aos nossos trabalhadores, acho que é o mínimo que se exige a todos aqueles que têm aqui assento nesta casa - aqui ou na Assembleia Municipal. Pelo menos que se façam representar partidariamente, porque foram assim eleitos. As pessoas votaram neles, na Assembleia Municipal e aqui. Eu considero falta de respeito a não presença, pelo menos, nesse momento. O resto podem-lhe chamar o quiserem.

Agora, de facto, fazer este reparo porque nunca vimos isto por parte do PSD. Tínhamos sempre o Vereador Paulo Valdez ou o Vereador Luís Rodrigues, o Jorge Santana. Enfim, aqueles que eu me lembro, do PSD, que passaram por aqui. Quando alguém não está, a lista tem várias pessoas. Acho que alguém se deve fazer representar num momento destes.

Portanto, quem me conhece sabe que eu não ficaria bem se não dissesse isto.

O PS está sempre presente. O PSD sempre esteve presente. No ano passado não me lembro, mas é possível que tivessem estado presentes, até porque estávamos em vésperas de eleições. (Eu digo tudo, como os malucos). Estávamos no mês antes das eleições, é possível que estivessem presentes. Este ano não estiveram presentes e eu acho que isto é grave. As pessoas confiam nos seus eleitos para as representarem.

Portanto, não estar ninguém, nem da Assembleia... Na Assembleia não dei conta, pareceu-me que não estava ninguém. Não quero afirmar a cem por cento. Mas, da Câmara, não estar ninguém, acho mal, na sessão solene.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – A primeira palavra é de agradecimento porque, de facto, não estava a mencionar essa questão e é bom saber quando a nossa ausência é sentida. Em segunda linha, fui eu que disse aos representantes que eu iria representar diretamente e não pude, por imprevisto. Foi um sábado, não tinha como avisar, porque não tenho à minha disposição ninguém para avisar, formalmente. Na prática, também não tenho essa obrigação, como diz e bem, mas talvez pudesse ter ficado bem avisar. A razão pela qual não o fiz já lhe explico, na segunda linha de intervenção.

É muito chato ter que vir aqui dizer porque é que não vim. A minha questão é pessoal. A minha mulher está grávida, felizmente, do segundo filho, portanto, imprevistos acontecem. Segunda filha. Vai ser uma linda menina. Imprevistos acontecem. Ainda bem que me deu oportunidade de explicar.

Agora, a segunda fase. É a sua precipitação, a forma como abordou a questão. Ainda bem que o fez. Podia-me ter perguntado antes e tinha direito a perguntar. Isso é que ajudava a explicar. Agora, a forma como aborda, não é sequer adequada, face àquilo que são os próprios convites que são emitidos à oposição, para as diferentes situações em que a cidade se faz representar e que eu respeito. É uma opção vossa.

Eu nem alego ou invoco o direito da oposição, para poder estar presente em algumas dessas iniciativas, algumas delas públicas. Não o faço. Portanto, eu não vou nem a festas nem festarolas e é importante que se diga isso. Também, às vezes falho com umas, mas nunca, como é óbvio, quis falhar com o Dia da Cidade. Foi uma questão pessoal.

Agora, o seu formato é que devia ter vindo primeiro, na forma de pergunta e de reparo. E bem, porque uma falha é uma falha, pode é, ou não, ter justificação. A sua segunda parte é que é incorreta, especificamente porque a maior parte das vezes em que a incorreção existe, é para com a oposição, quando não é convidada. Não sei se passa por si, ou não, mas é o que acontece.

**Sra. Presidente** – Já agora, só também para explicar haver ou não convites. Há indicação, no Protocolo, para haver convites para toda a gente. Se alguns convites não têm chegado aos destinatários... Já tem havido aqui reparos em relação a isso. E nós fazemos imediatamente o reparo a quem emite esses convites. Para o Dia do Município não há convite. Por acaso houve, mas acho que é quase que obrigatório.

Agora a explicação está dada, mas fica o meu lamento. A explicação está dada e é um bom motivo. Parabéns e felicidades, por isso. Pois, parabéns e felicidades. Nós precisamos de muitas crianças e com certeza, que a maior felicidade é para vocês. Mas nós todos precisamos que eles venham e são muito bem-vindos.

Agora, podia estar, nem que fosse, a Assembleia Municipal. É o Dia do Município, é o Dia do Município. É o dia todos nós.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – Leu a recomendação “Mobilidade interurbana na AML”, ficando a mesma anexa à presente ata, sob o registo n.º 7:

*“Uma rede de transportes públicos urbanos e interurbana influencia diretamente a produtividade, o rendimento, o meio ambiente e em última instância a qualidade de vida das populações que essa mesma rede abrange.*

*No caso específico do concelho de Setúbal e da rede de transportes interurbanos em que o concelho está integrado ocorre um debate que incide sobre o preço dos passes pagos pelos utilizadores dos transportes públicos na AML (Área Metropolitana de Lisboa).*

*A proposta recentemente lançada pelo Presidente da AML ambiciona a criação um novo sistema de passes com um custo máximo de 30 euros por mês dentro do concelho de Lisboa e de 40 euros nos 18 municípios da AML.*

*O princípio de aproximação ou equiparação do valor a pagar por utilizadores frequentes da rede de transportes públicos da AML é uma forma de melhorar a coesão territorial desta região e que poderá ter um impacto imediato pela diminuição dos custos transporte e conseqüente libertação de rendimentos dos utilizadores desta rede, sendo Por outro lado este sentido de **coesão territorial** conferido por um valor máximo de passe mais baixo será mais abrangente na medida em que o custo da deslocação do ponto mais distante da rede de transportes públicos será quase igual ao do ponto mais próximo. Exemplificando, um utilizador de Setúbal poderá vir a pagar quase o mesmo que um utilizador de Almada, mas igualmente importante é facto de um futuro morador da Península de Setúbal poder decidir a localidade onde irá morar sem ter como fator de ponderação o custo de transporte da rede pública, porque a diferença que poderá vir a resultar será quase irrelevante.*

*Naturalmente que este tema obrigará a estudo mais aprofundado, e que se saiba até agora inexistente, que garanta a sustentabilidade deste sistema de preços porque a aplicação deste mesmo sistema irá conduzir a uma outra forma de ponderação de **fixação pelas famílias e empresas**, levando a que **custo de deslocação para o trabalho** seja mais uniformizado em todos os concelhos e dessa forma permitindo que trabalhadores do concelho de Setúbal possam aceder ao mercado de trabalho na AML em condições muito diferentes das atuais. Sendo que as condições atuais fazem com que muitos trabalhadores prefiram postos de trabalho com menor remuneração em Setúbal ou concelhos vizinhos porque o custo de deslocação para concelhos mais distantes não é compensatório ainda que a oferta salarial nesses concelhos seja superior.*

*Deste modo esta proposta terá que garantir que este **sistema de preços se mantenha estável por um período de tempo** longo de forma a não retirar a segurança e rendimento a quem fixa a sua residência e/ou estabelece um compromisso profissional dentro deste novo cenário que inclui este novo sistema de preços.*

***Esta garantia não pode ter por base apenas o número de utilizadores atuais**, nem pode ter base a previsão atual de futuros utilizadores, isto porque será expectável que esta medida beneficie os atuais utilizadores, mas também que impulse mais utilizadores futuros que de uma outra forma não utilizariam a rede de transportes públicos da AML. Nesse sentido a **garantia tem que ser acompanhada por uma sustentabilidade financeira** que preveja um eventual aumento e o possa suportar por um período que ofereça segurança aos seus utilizadores.*

*Esta **garantia de sustentabilidade financeira nunca poderá ter origem nas finanças dos próprios municípios**, caso acontecesse seria uma perversão à coesão territorial que a própria medida pretende criar. Atente-se ao exemplo do concelho de Setúbal, caso tivesse que suportar a diferença que resulta do custo dos passes atuais para os passes futuros seria*

dos municípios mais prejudicados dentro da AML. Acresce igualmente o facto do transporte de pessoas estar diretamente ligado à atratividade de um concelho, deste modo seria contraditório que os concelhos que têm menor atratividade e por essa via mais pessoas a deslocarem-se para outros concelhos sejam aqueles cuja disponibilidade orçamental seria diretamente reduzida para financiar essas deslocações, e deste modo teriam esses mesmos concelhos menor disponibilidade orçamental para melhorarem sua atratividade.

Sublinhe-se que o concelho de Setúbal regista um número de deslocações de entrada no concelho em número menor que 50 por 100 habitantes, por sua vez Lisboa verifica diariamente 110 entradas no seu concelho por cada 100 habitantes, segundo o Inquérito à Mobilidade nas Áreas Metropolitanas do Porto e de Lisboa 2017 realizado pelo INE.

Segundo o mesmo Inquérito à Mobilidade nas Áreas Metropolitanas, entre as principais razões para a utilização do transporte pessoal está a ausência de ligação direta ao destino e ausência de frequência ou pouca fiabilidade do transporte público.

Sobre esta matéria é fundamental não ignorar um dos aspetos que atualmente acentua a diferença entre o concelho de Setúbal face à maioria dos concelhos da Península de Setúbal e que recai sobre a disponibilidade horária dos transportes. O concelho de Setúbal é significativamente afetado no transporte ferroviário que realiza a ligação aos diversos concelhos até chegar a Lisboa, sendo que a disponibilidade de transportes é entre 3 a 6 vezes menor em Setúbal comparativamente à maioria dos concelhos.

O princípio de coesão territorial que se pretende alcançar terá que ser aplicável à disponibilidade do serviço caso contrário a adesão à rede de transportes públicos pelos municípios de Setúbal será sempre mais limitada, mas de igual modo preocupante será o facto da utilização da rede de transportes públicos por utilizadores de outros concelhos ser limitada para Setúbal excluindo o concelho de Setúbal de uma rede mais uniforme e acessível a todos os residentes na AML.

Por último não pode ser ignorada a integração da rede de transportes públicos da AML com os utilizadores de meios de transportes suaves como bicicletas e outros, especialmente quando se registam a adesão crescente a estes modos de transporte para a deslocação nos centros urbanos.

Neste sentido o Câmara Municipal de Setúbal, dentro do quadro de análise de um eventual novo sistema de preços de passes para a AML, recomenda ao Governo que:

- Um eventual novo sistema de preços de passes na AML seja fixado por um período que permita garantir a segurança dos trabalhadores, famílias e empresas que adequarão os seus comportamentos e decisões futuras no quadro desse novo sistema de preços.
- O financiamento não seja assegurado pelos municípios devido aos efeitos que essa decisão provocará acentuando ainda mais as assimetrias existentes dentro da AML.
- Seja simultaneamente ponderado uma revisão às condições de abrangência territorial e frequência de serviço da rede interurbana da AML tornando-a mais uniforme e adequada às atuais e futuras condições de utilização da rede, especificamente pelos municípios de concelhos mais periféricos."

**Sr. Vice-Presidente** – O Sr. Vereador Nuno Carvalho ouviu a proposta do Presidente Fernando Medina, que saiu com 30 e 40 euros para um passe social único. Essa é derivada da ideia de um passe social único - afinal não é o único, é com dois valores, dois níveis -, que saiu assim, repentinamente, a meio caminho, ou no princípio do caminho de um trabalho muito sério e aprofundado que se está a fazer na Área Metropolitana de Lisboa e nos municípios da Área Metropolitana de Lisboa, para a reformulação do sistema de transportes nesta área. Um assunto que, apesar de muito trabalho feito, está verde. Há muitos estudos que estão em curso e que não estão concluídos e em condições de serem colocados no exterior.

Portanto, aquela proposta foi de uma oportunidade política, que o Presidente de Lisboa entendeu fazer. Não saiu das conclusões do trabalho dentro da Área Metropolitana de Lisboa. A Área Metropolitana de Lisboa, como entidade administrativa regional, não está a trabalhar com as competências legais na administração dos transportes que, como o Sr. Vereador

devia saber, foram atiradas para cima dos municípios, pelo Governo PSD. O Governo PSD de Passos Coelho extinguiu a Autoridade Metropolitana de Transportes, atirou para cima dos municípios, atomizadamente, cada um dentro da sua área, a tutela dos transportes e a autoridade sobre os transportes.

Cada município, neste momento, segundo a lei que o seu Governo do PSD fez, é a Autoridade Metropolitana de Transportes. Ninguém consegue “coser” isto, a não ser que os próprios municípios se organizem e, de forma articulada, tentem colocar numa instância. No nosso caso, no caso das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, há uma estrutura mínima, mas insuficiente, para tratar destas matérias, apesar de ter que contratar muitos serviços especializados.

Tem sido um esforço tremendo, mas que vai implicar, para poder ser formalizada e ser continuada, que os municípios que estão dentro da Área Metropolitana - e os do Porto, se o quiserem fazer, também – ou duma SIM, se os que entrarem em SIM assim o quiserem fazer. Terá que haver, necessariamente, uma delegação de competências de baixo para cima, dos municípios para a sua área metropolitana, porque, sem essa delegação de competências, não pode haver trabalho e formulação de uma proposta concreta, porque ela está atomizada, por obra e graça do Governo do PSD.

Por isso é que eu não tenho a mínima possibilidade de acompanhar. Não acompanho e não aceito. Não estou de acordo, ainda por cima, proposta do PSD. Mas, independentemente de ser proposta do PSD, mas, em especial, por isso, porque foram os causadores de uma situação de descontrolo nos transportes públicos concessionados. Estamos a preparar concursos. Estamos a definir – está-se, na Área Metropolitana de Lisboa - de que forma é que podem ser lançados concursos. Todo um trabalho de recolha de dados, que ficaram “escondidos” entre o IMT e as aplicações. As empresas criadas pelos operadores privados é que detém os dados da bilhética e das circulações. Portanto, é uma situação em certos sentidos paranoica, porque não estão os dados de gestão do sistema à vista, estão guardados e ficam retidos.

Agora, vem o senhor vereador do PSD - tem este aspeto caricato - olímpicamente, cheio de boa vontade. Não quer dizer que esteja com má intenção. Não quer dizer isso, mas não pode ser o vereador do PSD, cujo Governo, cujo partido, criou este caos. Não sei se sabe há quantos anos estão os operadores de transportes a funcionar com licenças provisórias. São licenças provisórias, não há concessão.

Curiosamente, em relação às perguntas das praias, havia uma pergunta, aí: “Qual é a concessão? Qual é o contrato de concessão que há com os TST?” Não há nenhum. Funciona com licenças provisórias. Esta situação foi causada por um Governo do PSD. Agora, limpar as mãos a isto tudo e vir associar-se à solução... “Olha, que bom que é ter um passe social que - como se diz aqui, na proposta - tenha uma sustentabilidade financeira, porque a aplicação do mesmo sistema irá conduzir a outra forma de ponderação da fixação pelas famílias e empresas, levando a que os custos de deslocação para o trabalho sejam mais uniformizados amortizado em todos os concelhos”.

Traduzindo: uniformizados como? O que é que isto quer dizer? Agora, a última questão é que, depois das três recomendações, extrai-se uma objetiva. As duas são, mais ou menos – não digo que são vazias, mas... - pouco consistentes: “Um eventual novo sistema seja fixado por um período”. Qual é o período? Quer dizer o quê? Não percebo bem. Agora, que seja a outra conclusão “uma revisão às condições de abrangência territorial de frequência de serviço da rede interurbana”, esse é o trabalho que nós andamos, todos os dias, a fazer e há muitos meses. Para chegar a uma definição de rede que seja, objetivamente, definida e colocada a concurso ou a exploração por entidades internas, que é outra coisa que ainda não está decidida.

Há os transportes coletivos do Barreiro, que são uma entidade interna, um operador interno. São do Município do Barreiro. Há uma Carris. Neste momento, está no Município de Lisboa. Há operadores internos. Há Cascais, com a intenção de fazer um operador interno para o Município de Cascais. Portanto, há a possibilidade de todos os municípios terem um operador interno, por alargamento destas entidades que já existem, há a possibilidade de colocar em

concurso, para concessão, a exploração de carreiras que sejam interurbanas, numa determinada área de cuja definição se está à procura.

Tudo isto vai ter que vir a reuniões de Câmara, de todos os dezanove municípios da Área Metropolitana de Lisboa, para que se definam posições em concreto. Nesta fase, é fácil dizer: *“Isso que não saia do orçamento das Câmaras”*. Quem o colocou no orçamento das Câmaras foi o Governo do PSD. É preciso que o Sr. Vereador perceba isso. Quem atirou a responsabilidade do custo dos transportes, em qualquer subsidiação de passe social, como está no quadro legal atual - se ele não for alterado, é assim, foi o Governo do PSD. Então, como é que o senhor...

Se não tinha esta noção, de que era assim, percebo perfeitamente, mas não pode ser um membro do PSD que me vem, agora dizer *“não queremos isto com custos para as câmaras”*. Eu também não quero, mas o senhor ouviu o seu colega de partido ou companheiro de partido dizer que as câmaras reagem. Começaram-se a provocar reações, no Algarve, no interior, no Norte, na Guarda. É que, se vai para o Orçamento de Estado, são todos a pagar para alguns.

Não foi esse o argumento do Dr. Marques Mendes? Foi esse que eu ouvi. É que, se vai para o Orçamento de Estado, então põem-se o contribuinte em Trás-os-Montes, no Alentejo ou no Minho a pagar para a subsidiação dos transportes em Lisboa no Porto. O que já não é nada justo, porque é o interior a pagar para o litoral, onde já está grande parte da população. Tem algum sentido este argumento? Então devem ser só as câmaras a pagar, como está atualmente, na formulação que o PSD agendou? Não devem. Tem que haver, aqui, muito trabalho político, muito trabalho e não vale a pena pensar que é agora, no próximo orçamento, como os senhores do PSD, agora se habituaram a dizer: *“a geringonça resolve, o PC e o Bloco resolvem com o Partido Socialista”*. Não é aí, não é com essas pressas que isso vai ser resolvido.

É preciso uma solução para a Área Metropolitana de Lisboa e para o resto dos transportes de todo o país. O desinvestimento que se iniciou... Agora também não há, não tem havido, mas a pressão da opinião pública já parece que obrigou a algumas decisões, em relação à ferrovia. Mas todo o desinvestimento, no material circulante, na rodovia e na ferrovia... Foi fechada a torneira, nesse investimento, por quem? Pela *“troika”* e pelo Governo do PSD, senhores. O que, passados estes dez anos, dá a situação caótica em que estamos.

Estamos numa situação terrível, com uma carência de investimento brutal no país. Só para o material circulante é preciso uma fatia grossa de um novo Plano Nacional de Investimentos, que há-de ser subsidiado com os dinheiros comunitários. Muito grossa, até nas linhas centrais.

Isso começou, este desastre, com o Governo do PSD e, agora vem aqui um membro do PSD dizer: *“Ah, mas nós não queremos que as câmaras paguem”*. Tudo bem, estou de acordo, mas isto é inoportuno. É bastante inoportuno estar a tomar uma posição de ânimo leve, sobre um assunto em que se está a trabalhar arduamente e que vai ter que ser trazido a deliberações das câmaras todas. Não tem nenhum sentido, agora estarmos já a fazer recomendações ao Governo, sobre esta matéria, porque, repito, a breve muito breve prazo tem que ser trazida aqui e, com essa proposta de delegação de competências, dos municípios na sua área metropolitana, para gerir este processo, para levar por diante, virá, também, uma explicação e uma informação do ponto de situação, do muito trabalho que está a ser feito nesta área.

Portanto, não acompanho a recomendação do Sr. Vereador Nuno Carvalho.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – O Partido Socialista e os vereadores do Partido Socialista acompanham e registam, com agrado, esta recomendação do PSD, independentemente de ser inoportuna ou não, sobre uma medida do Governo do Partido Socialista, independentemente dos estudos que estão a ser desenvolvidos e dos apoios, ou não, a prestar às câmaras municipais, porque nós sabemos que vão ser prestados.

É uma matéria importante, nós sabemos que os municípios por si só não têm capacidade financeira para tomar em mãos esta medida. Nós achamos que esta medida é uma mudança

4

de paradigma, naquilo que é a política de mobilidade e no apoio aos municípios na Área Metropolitana de Lisboa, que será estendida, também, ao Porto, segundo temos conhecimento.

Portanto, a recomendação nalguns pontos, não fará efetivamente muito sentido, mas achamos por bem que o PSD, agora mantenha e tenha esta capacidade de reconhecer que, efetivamente, existiu um desinvestimento grande na mobilidade no nosso país e no investimento naquilo que são os transportes públicos no país, e que agora, se mostre preocupado com os apoios que o Governo - e bem - deve prestar aos municípios e que o trabalho que está a ser desenvolvido na Área Metropolitana de Lisboa surta, efetivamente, frutos que venham a beneficiar todos os municípios dessa área metropolitana, onde Setúbal efetivamente faz parte.

Portanto, nós relativamente a esta recomendação, podemos ou não concordar com alguns pontos, mas achamos interessante. Achamos importante que ela tenha vindo de um partido como o PSD. Estamos de braços abertos para a receber. Se for o caso de a votar, ela também é votada.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – Sr. Vereador Manuel Pisco, compreendo que queira analisar o prisma das coisas do ponto de vista nacional, até porque não há outra forma. Nós estamos, aqui, a discutir a questão interurbana. E se quiser, algum dia discutir aqui um bocadinho, aquilo que é a política de transportes e mobilidade do país e aquilo que foi feito, ou mal feito, ao longo destes anos, todos podemos e devemos fazê-lo, porque o PSD naturalmente que participou no governo, mas não foi só no último. Muitas estradas e autoestradas foram construídas, até algumas debaixo de críticas, porque eram a mais e redes ferroviárias, debaixo de críticas, porque eram a mais, ou porque estão vazias ou porque estão desertas ou porque não estão.

Quer dizer, nós podíamos aqui, falar sobre muita coisa, no que diz respeito ao investimento ou desinvestimento público dos Transportes, e, naturalmente, também podíamos discutir muito aquilo que é a forma ou não de descentralizar competências. Utilizou o termo que é “*dar autonomia*”, não utilizou o termo “*descentralizar*”. Achei engraçado, mas com toda a sinceridade, creio que analisar a questão para lá do ponto partidário é o mais importante.

Aqui, a competência que nós temos é uma competência específica, no que diz respeito ao concelho de Setúbal, dentro deste quadro. E a nossa responsabilidade, para com os municípios que, no contexto atual não podem esperar da nossa voz, apenas a concretização e a realização de estudos, mas que esperam, pelo menos da nossa voz, aquilo que é um conhecimento numa disparidade que não é justificada. A distância geográfica que Setúbal tem para com Lisboa e aquilo que é a utilização da intensidade da rede de transportes, pelo próprio inquérito do INE, como é verificável - porque o inquérito do INE foi muito importante nessa matéria e espero que esteja a ser tido em conta - faz com que se perceba que os transportes que são criados desde Setúbal até aquilo que é o epicentro de deslocações de entradas que é Lisboa, afinal não são assim tão caros. Há muita gente a utilizar, muito mais do que o que se pensa e a pagar muito mais do que se pensa.

Por carro somos os mais caros, mas sem proporção, ao quilómetro. Somos, pura e simplesmente, mais caros, não é distância proporcional. Por comboio somos mais caros e temos menos com uma diferença abismal. Aliás, se alguém sair às seis da tarde do trabalho daqui de Setúbal, e quiser usar o comboio, para além de pagar uma “*pipa de massa*” – porque a expressão é mesmo essa - tem que esperar se for preciso, uma hora ou duas horas, a partir de determinada altura. E quem diz isso também diz os turistas.

Nós não somos servidos de uma forma digna ou condigna. Não somos. E essa matéria, independentemente daquilo que seja a decisão da Área Metropolitana de Lisboa, tem que ser uma matéria que o Município de Setúbal, na sede da discussão, tem que defender.

Portanto, se quiser colocar a questão do ponto prisma de quem dá autonomia e quem não dá, eu também não vou entrar na questão do Orçamento de Estado, porque aquilo que eu estou a falar tem a ver com procurar, pelo menos ter uma distribuição equitativa, porque



naturalmente, se a distância é maior é possível que se pague um pouco mais, mas que seja equitativa face aos outros concelhos e municípios.

Eu não vou entrar em discussões partidárias, porque a nossa discussão, aqui tem a ver com algo muito mais longo, muito mais preocupante, no caso do concelho de Setúbal, que é pelo facto de estar inserido na Área Metropolitana de Lisboa. Também nesta matéria, como em muitas outras, os fundos comunitários, etc, “*leva pancada*” – porque a expressão é mesmo essa: “*Leva pancada*” - porque os trabalhadores, as empresas, as famílias, para além depois, de não haver, por exemplo, uma tarifa para estudantes condigna como deve ser, porque a diferença não é nem de perto nem de longe a mesma que é aplicável noutras cidades europeias. Para além de não haver, por exemplo...

Como sabe, há muitas famílias que, antes do “*boom*” imobiliário em Lisboa, optavam por colocar os dois filhos numa casa alugada em Lisboa, em vez de pagar o passe, porque não compensava. Isto é abismal. São 50 quilómetros de distância. Isto é uma coisa impressionante.

Para além de, por exemplo, também nós termos aqui situações no município de Setúbal, em que a afixação de pessoas, face àquilo que é a nossa rede de transportes, faz com que as pessoas pensem duas vezes se é melhor, ou não estar em Setúbal, porque olham para o mercado de trabalho como um mercado para além do nosso concelho, como é natural.

O que lhe estou a querer dizer - porque estou a ver, pela sua cara, que não está a compreender - é que há pessoas que não se fixam no concelho de Setúbal, pode ter a certeza, porque optam por se fixar mais próximo do seu local de trabalho. Com isso pagam menos, porque no concelho de Setúbal, o que se paga é um balúrdio.

Percebe o que estou a dizer? Paga-se muito para ir trabalhar. Paga-se muito para ir trabalhar, de Setúbal para outros concelhos. Não tenho uma forma mais clara para lhe dizer isso. Essa é que é a questão da atratividade.

Posso continuar esta conversa consigo, mas como já vi que a discussão está a ser tida em sede da Área Metropolitana de Lisboa, e o senhor acha que só por ser do PSD, não pode ser apresentada, essa é uma consideração que porventura pode ser sua. Se é porque nós estamos em fase de discussão e ainda não está terminado o estudo no âmbito da Área Metropolitana de Lisboa, digo-lhe uma coisa: neste momento, é importante especialmente quando alguém, enquanto Presidente da Área Metropolitana de Lisboa - foi assim que se apresentou - onde o Município de Setúbal está inserido, e nós não temos nada para dizer sobre isso, sem as outras preocupações que as pessoas têm, acho que não devemos ficar calados.

Foi por isso que falei sobre isto. Tenha ou não, esse mérito ou esse demérito, depois com certeza, que eu já percebi também. Enfim, é o que diz: “*Isto é defensável, isto é defensável, isto é defensável*”, mas, o que nós queremos ver é ser defendido onde é suposto, perante o Orçamento de Estado e perante a Área Metropolitana de Lisboa.

Só para terminar, a questão que colocou e bem, dos outros autarcas que se revoltam, etc. e que dizem que isto não pode ser assim, a Área Metropolitana de Lisboa e a Área Metropolitana do Porto têm características que não são iguais em mais nenhuma parte do país. Por essas razões é que, quer uma região, quer outra, mesmo a nível de MUDs, são mais prejudicadas, no que diz respeito a diversas matérias e devem-lhes ser atribuídas diversas outras diferenças.

Agora, no que diz respeito àquilo que são as condições de transporte que atualmente existem, nós estamos com estas condições, a tornar a Área Metropolitana de Lisboa menos produtiva e acredite que todo o país perde com isso. Esse é o primeiro que estou a colocar. Não é fácil explicar à população, mas os outros autarcas têm obrigação de perceber isso.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** - Penso que, na minha intervenção talvez não tenha ficado lá que nós entendemos e reconhecemos a importância desta recomendação, porque há o reconhecimento, por parte do PSD, que a medida é uma medida importante, embora ela ainda não esteja fechada e esteja a ser discutida na Área Metropolitana de Lisboa.

É uma medida importante e nós só queremos acrescentar que foi pena o PSD, enquanto foi Governo não ter implementado uma medida destas, mas nunca é tarde para o fazer e esse reconhecimento, agora, desta medida, embora com alguns “ses”, é importante que seja feito, por parte do vereador do PSD.

**Sr. Vereador Ricardo Oliveira** – É só para fazer um comentário muito rápido e acompanhando toda a reflexão que o Vereador Manuel Pisco aqui fez, colocar aqui uma questão. Penso que toda a boa vontade, toda a espontaneidade do trabalho em torno dos munícipes, que surge nesta proposta, não pode branquear aquilo que foram votações bem recentes de deputados eleitos pela população da área metropolitana de Setúbal e pela população de Setúbal, deputados eleitos pelo PSD e pelo PS, na Assembleia da República, que votaram contra a aprovação do passe social intermodal, na Área Metropolitana de Lisboa e na Área Metropolitana do Porto.

Vir agora apresentar neste momento, estas propostas, de facto fica bem. Estamos a quase um ano de eleições legislativas e essas leituras não podem deixar de ser e estar presentes, mas o facto de, sucessivamente, ser apresentada a proposta de criação do passe social intermodal na Área Metropolitana de Lisboa, alargando a todos os operadores, aquilo que seria a grande novidade da proposta que está em cima da mesa, alargando a todos os operadores que foi, sucessivamente apresentada na Assembleia da República e sucessivamente rejeitada pelo PS e PSD, que são os partidos aqui presentes, não falo de outros acho que demonstra bem a seriedade com que se pretende fazer isto.

E sobre custos e de dinheiros, penso que os benefícios sociais e os benefícios económicos de “travar a sangria” de redução de utilizadores de transportes públicos, basta comparar o número de transportes públicos atuais para os de há vinte anos atrás, para perceber o movimento que sucedeu, por causa das políticas de mobilidade que promoveram e que levaram à situação atual.

Portanto, Sra. Presidente, era só este comentário e, por isso, afirmar aqui a plena concordância com a afirmação e a intervenção do Sr. Vereador Manuel Pisco, relativamente à apreciação que é feita sobre esta proposta.

**Sra. Presidente** – Esta coisa do “abraço do urso”, ou como se costuma dizer, faz-me muita aflição, põe-me a pele, assim, um bocadinho de galinha. Acho que o Partido Socialista está, ali, a dar o “abraço do urso”, ao PSD, por razões que eu compreendo.

Se não fosse o PSD a apresentar a recomendação, eu dava aqui palmas, porque estou de acordo, na globalidade, com uma ou outra coisa. Na globalidade, estou de acordo com ela, mas não vou repetir aquilo que o Pisco já disse. Acho que isto é hipocrisia política. É hipocrisia política.

Além daquilo que ele disse, que eu subscrevo por baixo, primeiro: se nós temos PSDs maus é porque nós não temos mão neles. Se nós temos taxas, tarifas ou a bilhética dos TST é alta, é porque nós não temos mãos neles. Se nós temos a Atlantic Ferries alta é porque nós não temos mão neles.

Sabe quem é que acabou com isso tudo? Vou dizer isto assim, de uma forma muito simples, para as pessoas perceberem: o Partido Social Democrata é que acabou com isso tudo. Sabe onde é que eu fui, quando estalou a guerra - a guerra e justa, não é? - de que os Atlantic Ferries tinham preços proibitivos, que continuam, certo? Mas, sabe onde é que eu fui? Ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Sérgio... Não me lembro do resto do nome, dizendo que nós estávamos disponíveis para, caso houvesse uma reavaliação da concessão do Casino de Troia e nos dessem alguma coisa dessa concessão, porque não temos parte nenhuma da concessão, o que é outra aberração. Porque o Município de Setúbal, na época, disse que não queria a concessão.

Portanto, não é por culpa deles, é porque o Município na época, disse que não queria nenhuma parte na concessão. Mas nós queríamos que fosse feita uma reavaliação dessa concessão, para que aquilo que coubesse ao Município de Setúbal, nós entregaríamos à Secretaria de Estado dos Transportes, para abater no dinheiro dos ferries.

O PSD disse que tínhamos razão, fez zero. Fomos ao ministério ter com o Sr. Secretário de Estado e dissemos, várias vezes que os TST suprimiam carreiras, suprimiam horários, suprimiam carreiras na totalidade, horários de outras e os preços muito caros, face às condições das viaturas e isto tudo. Zero, tábua rasa, porque a negociação passou a ser com o Governo e os operadores, desconsiderando os municípios, desconsiderando as populações, etc.

E, agora, ouvimos o mesmo partido dizer: *“Pois, mas para se trabalhar aqui ou para se trabalhar lá, em Lisboa, os setubalenses pagam mais, coitados dos setubalenses, para virem para cá as pessoas também pagam mais, no sentido inverso”*, é, no mínimo, preocupante. É porque não sabe, com certeza, nada disto.

O PSD destruiu o setor dos transportes públicos. Destruiu, absolutamente.

Eu só estou a falar aqui nestes dois casos, para não falar, por exemplo nas coroas. Para não falar nas coroas que o PSD não autorizou que se mexesse nas coroas. O que quer dizer que um aluno que estuda no IPS, porque passa ali determinada fronteira, que é mais uma coroa, paga um balúrdio de autocarro, o que impede muitas vezes que os estudantes possam ter maior acessibilidade ao centro da cidade. Estou a falar de quase sete mil estudantes que estão ali. Cria uma certa barreira com a cidade, por causa dos custos dos transportes, por causa destas coroas que os transportes têm, mas para a população que ali mora é a mesma coisa. Estou a falar nos estudantes, porque era uma grande reivindicação, continua a ser uma grande reivindicação, por parte do IPS.

E o PSD, nada. Nada. Não há nada para ninguém. Nada para ninguém.

Agora, multiplique isto por 356 municípios, que hão-de todos ter razões de queixa, em relação ao suicídio do ponto de vista dos transportes, que foi a gestão do PSD. Nós pugnámos por interfaces. Pugnámos por interfaces. Uma capital de distrito e uma cidade que tem este movimento. Já há um movimento, cada vez maior de pessoas que vêm dos comboios e que querem ir para os barcos e o comboio fica ali. Quem vem de Lisboa, pela via da Praça do Brasil, para ir para os barcos, é uma chatice. Há táxis que se recusam, porque é longe para quem vai a pé, mas é perto para a bandeirada, para o táxi. Não há autocarros. Passa ali um ou outro autocarro, de quando em quando. Não há boas acessibilidades, do ponto de vista dos transportes. Não foram autorizados, estes interfaces. Foram autorizados agora. Abriram candidaturas agora.

Para não falar na confusão e na gravidade da gestão dos projetos comunitários, que o PSD adiou por cerca de três anos. Três anos em que o PSD adiou a gestão dos fundos comunitários, dizendo *“nós temos que pensar nisto melhor”*. Havia outra reunião, *“nós temos que pensar nisto melhor”*.

Portanto, o PSD pôs, praticamente, na gaveta, a gestão dos fundos comunitários, que previa, também, melhoramento das acessibilidades, dos interfaces e da concessão dos transportes públicos. E o PS abriu a gaveta e nós temos um intermodal que vai começar a obra, porque eu disse que ia para lá fazer uma manifestação ontem e hoje o papel está cá, percebe? E, portanto, a obra vai avançar, na Praça do Brasil, com o primeiro interface. E o segundo será junto ao rio, mas vai avançar o primeiro intermodal.

Agora, isto não é somente mérito do PS, como também o Vereador Fernando Paulino disse: *“Pois, o PS fez esta proposta, esta discussão”*. Não, amigo o Presidente Fernando Medina, que é Presidente da Câmara de Lisboa, é Presidente da Área Metropolitana de Lisboa e foi o interlocutor, ponto final. Fernando Medina não tem o mérito disto, porque o Fernando Medina está lá com mais dezassete. Nós somos dezoito. Quero retificar, aqui Manuel Pisco, nós somos dezoito e estão lá municípios do PSD, estão lá municípios independentes, como é o caso de Oeiras, e estão lá municípios da CDU e municípios do PS.

Discutimos todos esta questão, discutimos todos o valor do passe social e as coroas que cada passe social teria e tal. Discutimos todos. Portanto, isto não é mérito do Presidente Fernando Medina, que fique aqui, também, registado, porque o Fernando Medina é o Presidente da Área Metropolitana e foi o interlocutor, foi a pessoa que deu a cara. Portanto, não é mérito nem do Fernando Medina nem do Partido Socialista. Também que fique, aqui, claro.

O que não está ainda claro, não está ainda decidido, por parte do Governo, é quem paga. E estamos completamente de acordo, não são os municípios que têm que pagar a diferença de um passe que, hoje, custa 148 euros, para se ir para Lisboa, para trabalhar em Lisboa, quer dizer metro e comboio, 148 euros passar a pagar 40? Então, mas quem é que indemniza, quem é que paga o diferencial? Pode não ser um diferencial tão grande, mas há diferencial, com certeza, para os operadores poderem fazer o transporte, para o caso de Setúbal, por 40 euros que é a proposta que está em cima da mesa. Quem é que paga o diferencial? O Governo não decide. São fundos comunitários? Está em discussão serem fundos comunitários a cobrirem esta diferença.

O Governo financia as operadoras, porque é que não financia os municípios? Era o que mais faltava serem os municípios, que são espoliados permanentemente, que estão a receber indevidamente e inconstitucionalmente, nalguns casos, algumas descentralizações, que são, nalguns setores, esbulhos autênticos. Era o que mais faltava, além disto tudo, ainda dizer assim: *“Setúbal paga 40 euros e, agora, tem que pagar mais não-sei-quantos milhões, ao fim do ano, ao operador, da diferença”*. O que é isto? Estamos aonde, digo eu? Estamos aonde? Portanto, é dizer que eu estaria de acordo com isto tudo. Estou de acordo com isto tudo, se não fosse o PSD. Agora, o PSD ter feito o que fez e ser o PSD a pôr isto, acho que o Vereador Nuno Carvalho devia pôr isto como independente e eu, aí, aprovo por baixo.

**Vereador Nuno Carvalho** – Eu ponho isso como independente. Houve uma pessoa, não vou dizer quem, para não cometer essa indelicadeza com ele, que uma vez me disse: *“Não tenho o mesmo nível que você, eu sou independente”* e eu respondi-lhe: *“Olhe, sou independente da política. E você, é?”* E ele não era.

Acho que nós todos temos é que nos manter independentes, sempre, da política. Essa é que é a condição. Isso de ser partido ou não, hoje em dia cada vez é mais conotado com uma coisa má. Portanto, acho que não devemos cair nesse erro.

Somos de um partido, não tem mal nenhum. Não nos torna más pessoas. Mas eu percebi o que disse. O que acha que é mau é ser o partido PSD.

Portanto, nesse aspeto, não pus, nesta recomendação, aqui, nenhum historial, nem do Governo PSD, mas também não pus do Governo atual, porque também não percebi qual foi a diferença que foi feita nestes últimos três anos. E porquê? Porque também não estive preocupado com isso. Não estive, não é relevante. Os senhores consideram que é relevante para a discussão, eu acho que não. Aí estamos conversados.

Agora, naturalmente que, independentemente disso, regista-se que há uma concordância de princípio, sobre aquilo que se deve defender. E, se há uma concordância de princípio, sobre aquilo que se deve defender, é importante perceber que isso está a ser defendido, junto do Governo e junto da Área Metropolitana de Lisboa, junto dos outros dezassete.

Essa matéria é muito relevante e é importante que, aqui, numa reunião pública, se diga, como se disse, que estamos todos de acordo em defender isso, porque isso é que nos faz independentes.

Portanto, nessa matéria, creio que com recomendação, sem recomendação...

Já assisti a discussões mais estranhas, em que todos concordamos e discutimos durante mais tempo. Por isso, não vou também contribuir mais para essa discussão.

Creio que o objetivo, aqui está bem vincado. Agora esperemos é que ele tenha repercussões, porque gostava muito que isto fosse, formalmente, defendido. Saindo deste Executivo, formalmente defendido na Área Metropolitana de Lisboa ou junto do Governo. Mas, se a Sra. Presidente está de acordo e vai fazer, olhe, não fico insatisfeito.

**Sra. Presidente** – Pode ter a certeza que vou mandar isto para o Governo, porque estou de acordo com isto.

**Sra. Presidente** – Leu o voto de pesar pelo falecimento de Francisco Mateus, ficando o mesmo anexo à presente ata, sob o registo n.º 8:

*“A Câmara Municipal de Setúbal manifesta profundo pesar pelo falecimento de Francisco Mateus, patriarca da mais antiga família de oleiros do concelho de Setúbal.*

*Distinguido em 2014 com a Medalha de Honra da Cidade na categoria de Indústria, Francisco Maria Mateus, natural de Setúbal, cidade onde nasceu em 2 de setembro de 1924, tudo fez ao longo da vida para manter viva esta arte ancestral, pesem todas as dificuldades e constrangimentos do tempo presente.*

*Desde gerações ancestrais que a família de Francisco Mateus esteve ligada à olaria, localizando-se as suas raízes familiares em Serpa, onde o avô possuiu uma olaria no interior das muralhas do castelo. O pai veio para Setúbal no início do século XX e aqui fundou, entre 1935 e 1940, a olaria da estrada do Viso onde Francisco começou a trabalhar aos 10 anos, amassando o barro.*

*Depois de trabalhar em várias olarias de Lisboa e Setúbal, abriu, em 1960, aquela que é hoje a única olaria de Setúbal, a Olaria Nova, na zona dos Quatro Caminhos. Aqui, ensinou a arte aos filhos Álvaro Joaquim Mateus, Ana Maria Mateus e Joaquim Jorge Mateus, além de a um amigo e vizinho, o hoje também exímio Manuel Ferreira. Todos continuam a trabalhar e a preservar esta arte, tendo mesmo um deles, Joaquim Mateus, fundado nova olaria, a Olacer, no vizinho concelho de Palmela.*

*À criação de artesanato e produção de peças sempre fez questão de associar a divulgação da arte da olaria junto do público, quer nas suas instalações, quer participando em feiras, mercados e outros eventos públicos em todo o país e em Espanha.*

*Pelo exemplo de perseverança e preservação desta arte no nosso concelho, a Câmara Municipal endereça à família enlutada sentidos pêsames.”*

Fez-se um minuto de silêncio.

## **B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

A Ordem de Trabalhos da reunião, entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2, do artigo 25.º, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 44/15, de 07 de janeiro, consta em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 9.

### **Índice**

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
  - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação).**
  - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia.**
- B) Período da Ordem do Dia**
  - 1. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 18 de julho de 2018.**
  - 2. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 22 de agosto de 2018.**
  - 3. Deliberação n.º 267/18 – Proposta n.º 13/2018 – GAP – Aceitação de doação para a construção do Parque da Juventude de Gâmbia.**
  - 4. Deliberação n.º 268/18 – Proposta n.º 14/2018 – GAP – Alteração do Regimento das reuniões da Câmara Municipal de Setúbal.**
  - 5. Deliberação n.º 269/18 – Proposta n.º 15/2018 – GAP – Protocolo de Cooperação entre o Município de Setúbal e a Associação da Baía de Setúbal.**
  - 6. Deliberação n.º 270/18 – Proposta n.º 70/2018 – DAFRH/DIGEF – 10.ª Alteração ao Orçamento da Despesa, 9.ª ao Plano de Atividades Municipais e 9.ª ao Plano Plurianual de Investimentos.**
  - 7. Deliberação n.º 271/18 – Proposta n.º 37/2018 – DURB – Nomeação da Comissão Municipal de Avaliação de Imóveis.**
  - 8. Deliberação n.º 272/18 – Proposta n.º 38/2018 – DURB – Retificação da resolução de requerer ao Governo a declaração de utilidade pública de expropriação, com caráter urgente, dos direitos de propriedade e usufruto**

*respeitantes à área de 20.400 m2 do prédio misto sito em Setúbal, na União de Freguesias de Setúbal, designado por “Quinta da Pontinha”, descrito na 1.ª Conservatória do Registo Predial de Setúbal sob o n.º 1481/20040119 e inscrito na respetiva matriz sob os artigos 3.º, Secção “F”, 428.º e 1581.º, por absoluta e urgentemente necessário para a execução das obras de “Regularização do Troço Final da Ribeira da Figueira e Bacias de Retenção”.*

9. *Deliberação n.º 273/18 – Proposta n.º 68/2018 – DAFRH/DIRH – Processo disciplinar n.º 13/2017 – DAFRH/DIRH/CM-GC contra Luís Miguel Justo Ilhéu.*
  10. *Deliberação n.º 274/18 – Proposta n.º 69/2018 – DAFRH/DIRH – Processo disciplinar n.º 4/2018 – DAFRH/DIRH/GC contra Cília Catarina Ribeiro Santos.*
  11. *Deliberação n.º 275/18 – Proposta n.º 15/2018 – DOM/SMHAB – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e GRIOT – Associação Cultural.*
  12. *Deliberação n.º 276/18 – Proposta n.º 94/2018 – DCED/SMBM – Doação de equipamento de calafate.*
  13. *Deliberação n.º 277/18 – Proposta n.º 95/2018 – DCED/DICUL – Atribuição de subsídio ao movimento associativo: Associação Moradores Bairro da Anunciada e a União Desportiva Recreativa Casal das Figueiras no âmbito do III Festival dos Visigodos.*
  14. *Deliberação n.º 278/18 – Proposta n.º 96/2018 – DCED/DICUL – Apoio à Sociedade Musical Capricho Setubalense pela colaboração na XIX Tertúlia “Eis Bocage... Conversas de Botequim”.*
  15. *Deliberação n.º 279/18 – Proposta n.º 97/2018 – DCED/DIDES – Protocolos de Cedência de Instalações Desportivas Municipais – Época desportiva 2018/2019.*
  16. *Deliberação n.º 280/18 – Proposta n.º 98/2018 – DCED/DIDES – Apoio financeiro ao Clube de Canoagem de Setúbal – Setúbal Cup 2018.*
  17. *Deliberação n.º 281/18 – Proposta n.º 99/2018 – DCED/DIDES – Apoio financeiro ao Clube Ornitológico de Setúbal – Eventos Desportivos 2018.*
  18. *Deliberação n.º 282/18 – Proposta n.º 100/2018 – DCED/DIDES – Apoio financeiro ao Clube de Motorismo de Setúbal: 27.ª Rampa da Arrábida – Lighthouse Properties.*
  19. *Deliberação n.º 283/18 – Proposta n.º 101/2018 – DCED/DIDES – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação “A ONDA – Associação Orientadora para a Natação Desportiva em Azeitão” – Apoio financeiro no período de setembro a dezembro de 2018.*
  20. *Deliberação n.º 284/18 – Proposta n.º 1/2018 – GAVPS – Código de Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho. RETIRADA*
- C) *Período destinado à intervenção do Público*

#### **1. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 18 de julho de 2018**

A Sra. Presidente submeteu o projeto de ata a votação, tendo sido aprovado por unanimidade e em minuta, sem o voto da Sra. Presidente, por não ter estado presente nesta reunião.

#### **2. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 22 de agosto de 2018**

A Sra. Presidente submeteu o projeto de ata a votação, tendo sido aprovado por unanimidade e em minuta, sem os votos dos Srs. Vereadores Carlos Rabaçal, Sandra Gomes e Nuno Carvalho, por não terem estado presentes nesta reunião.

3. **Deliberação n.º 267/18 – Proposta n.º 13/2018 – GAP – Aceitação de doação para a construção do Parque da Juventude de Gâmbia**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 10, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

4. **Deliberação n.º 268/18 – Proposta n.º 14/2018 – GAP – Alteração do Regimento das reuniões da Câmara Municipal de Setúbal**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 11.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – Por princípio, compreendo as diferenças que existem entre um executivo, que é o caso, e uma assembleia municipal e uma assembleia de freguesia. Naturalmente que, aqui, estamos a falar de um órgão cujas deliberações têm uma força executiva totalmente e, em sede de assembleia municipal, as figuras como moções e recomendações são o principal instrumento discussão que a mesma poderá ter, uma vez que não consegue emitir propostas.

Nesse sentido, compreendo a questão. Isso já foi aqui falado várias vezes pelo Vereador Manuel Pisco. Compreendo a questão e, com as respetivas diferenças, diria que não faria assim, se fosse eu, mas compreendo a forma como é colocada.

Sem prejuízo de, naturalmente, no futuro, até para que estas reuniões de Câmara mantenham o seu bom funcionamento, que questões em que se considere que é importante a tomada de posição política, que as mesmas, uma vez sujeitas a deliberação, sejam incluídas e sejam, assim, colocadas.

É essa a prática que estou a entender. Se, hoje, quisesse uma deliberação desta recomendação, faria o agendamento e discutiríamos e faríamos a votação, no sentido favorável ou não favorável. Presumindo que é esse o entendimento que estão a fazer, dará mais força àquilo que são as tomadas de posição e mais tempo para preparar.

Compreendo, e, portanto, não votarei a favor. Abstenho-me, porque não faria assim, mas compreendo a razão do princípio.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** - Nós acompanhamos, também, este pensamento, esta posição do PSD, relativamente a esta matéria. Entendemos, na questão de não fazermos assim. Nós não faríamos assim.

Talvez propuséssemos um prazo, como existe na Assembleia Municipal e noutras câmaras municipais, de 24 horas para a apresentação de moções, de louvores e de votos de pesar, por exemplo, porque penso que pode perder o impacto e aquilo que é o propósito, um acontecimento que se dê entre quinta-feira da semana anterior à reunião de Câmara, que é à quarta-feira, e que é o prazo que é dado para apresentarmos propostas para integrar a ordem de trabalhos.

Tudo o que acontecer nesse período, que se queria que seja tomada uma decisão vinculativa, que seja votado, seja um voto de pesar, seja um voto de louvor, por um feito acontecido, só poderá sê-lo na reunião quinze dias depois.

Acho que 24 horas seria um período interessante e razoável, para apresentação das propostas, para poderem ser analisadas e ser dado conhecimento a todas as forças políticas. Nós entendemos que sim, que faria sentido. Nós também não temos, politicamente, qualquer interesse em que as propostas apareçam na hora da reunião de Câmara, para serem discutidas e analisadas. Não temos esse propósito. Não o fazemos com propósito político, com nenhuma intenção política.

Achamos que um prazo desses seria razoável, mas, de qualquer das formas, não nos parece que também seja motivo para votarmos contra. Vamos, também, abster-nos nesta proposta,

porque, politicamente, ela é exequível. Nós entendemos que poderá, eventualmente, até, melhorar aquilo que é nosso desempenho político.

**Sr. Vice-Presidente** - Alguma explicação mais, porque vejo que ainda não está tudo resolvido.

Primeiro, não é uma questão de opção, porque temos esta opinião. É uma adequação à lei, estrita, à lei.

É uma questão, às vezes, idiomática. Quando dizemos “voto de pesar” ou “voto de louvor”, isto não significa que, formalmente, se trate de um voto. É uma expressão de reconhecimento ou de elogio de alguém. É uma designação. Não quer dizer que isso seja um voto para deliberação de Câmara.

Se é para deliberação - e pode fazer sentido que seja -, vai para a ordem de trabalhos. Fica de acordo com o que está na lei.

Há pouco, votou-se, aqui, o voto de pesar. Como aqui está, nada impede e deve ser assim - julgo que terá sido esse o entendimento - e dizemos: “Cada vereador, ou cada bancada, deve manifestar a sua adesão: “Estou de acordo com o voto apresentado””.

O que há, antes da ordem do dia, são acordos e desacordos, em relação a uma posição. Não é a votação formal, que vincula o órgão executivo. É só essa questão. A vinculação formal do órgão executivo é que só pode ser dentro do período da ordem do dia. Só isso.

Portanto, as moções, as resoluções, os votos de pesar, os votos de louvor podem continuar a ser apresentadas antes, no dia da reunião, como temos feito, mas o facto de elas não terem que ter a distribuição de 48 horas antes e ser incluídas na ordem de trabalhos é que as leva para o período de antes da ordem do dia.

Podemos continuar a fazer tudo na mesma, mas estamos de acordo ou desacordo, em relação à posição de cada um dos vereadores. Não é a deliberação formal do executivo, porque dessas deliberações tem que ser, depois, dado conhecimento público, para terem efeitos externos. A eficácia externa das deliberações, depois, tem que ter segurança jurídica. Só podem ser deliberadas as que estão dentro do período de ordem do dia.

Não há impossibilidade de fazer como fazemos até aqui. Podemos continuar a fazer as mesmas apresentações e discussões, antes da ordem do dia, das moções, das resoluções, tal como temos feito até aqui. Simplesmente, em vez de perguntarmos, no final, como é que vamos votar, vamos ter apoio maioritário, a concordância do PSD e do PS, da CDU, etc., ou não ter.

No voto de pesar, normalmente, o que é que nós fazemos? Associamo-nos ao voto proposto: “O PS também se associa, a CDU também se associa, o PSD...”. Usamos isso várias vezes. É o que devemos continuar a fazer.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 7 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e 4 abstenções dos Srs. Vereadores do PS e PSD.

#### **5. Deliberação n.º 269/18 – Proposta n.º 15/2018 – GAP – Protocolo de Cooperação entre o Município de Setúbal e a Associação da Baía de Setúbal**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 12, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.





**6. Deliberação n.º 270/18 – Proposta n.º 70/2018 – DAFRH/DIGEF – 10.ª Alteração ao Orçamento da Despesa, 9.ª ao Plano de Atividades Municipais e 9.ª ao Plano Plurianual de Investimentos**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 13 a 18, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 7 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e 4 abstenções dos Srs. Vereadores do PS e PSD.

**7. Deliberação n.º 271/18 – Proposta n.º 37/2018 – DURB – Nomeação da Comissão Municipal de Avaliação de Imóveis**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 19, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**8. Deliberação n.º 272/18 – Proposta n.º 38/2018 – DURB – Retificação da resolução de requerer ao Governo a declaração de utilidade pública de expropriação, com carácter urgente, dos direitos de propriedade e usufruto respeitantes à área de 20.400 m2 do prédio misto sito em Setúbal, na União de Freguesias de Setúbal, designado por “Quinta da Pontinha”, descrito na 1.ª Conservatória do Registo Predial de Setúbal sob o n.º 1481/20040119 e inscrito na respetiva matriz sob os artigos 3.º, Secção “F”, 428.º e 1581.º, por absoluta e urgentemente necessário para a execução das obras de “Regularização do Troço Final da Ribeira da Figueira e Bacias de Retenção”**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 20 a 33, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**9. Deliberação n.º 273/18 – Proposta n.º 68/2018 – DAFRH/DIRH – Processo disciplinar n.º 13/2017 – DAFRH/DIRH/CM-GC contra Luís Miguel Justo Ilhéu**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 34 e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação por escrutínio secreto, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 8 votos SIM, 2 voto NÃO e 1 voto em BRANCO.

**10. Deliberação n.º 274/18 – Proposta n.º 69/2018 – DAFRH/DIRH – Processo disciplinar n.º 4/2018 – DAFRH/DIRH/GC contra Cília Catarina Ribeiro Santos**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 35 e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação por escrutínio secreto, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 8 votos SIM, 2 voto NÃO e 1 voto em BRANCO.

**11. Deliberação n.º 275/18 – Proposta n.º 15/2018 – DOM/SMHAB – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e GRIOT – Associação Cultural**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 36 e 37.

**Sr. Vereador Fernando José** – Obviamente que o Partido Socialista saúda este tipo de iniciativas, que estão a ser feitas no âmbito deste projeto, mas esta proposta, que hoje vem aqui, penso que poderia ser mais completa. Lendo a proposta, na sua cláusula 2.ª, diz que, portanto, *“esta verba será para apoio de atividades de formação técnica-artística de moradores e para o apoio ao processo de gestão pelos próprios moradores”*.

Ora, isto diz tudo e não diz nada. Portanto, nós queríamos um melhor esclarecimento sobre isto e, inclusivamente, se não seria de vir em anexo a esta proposta o plano de formação.

Certamente que será feito um balanço dessa formação, mensalmente ou trimestralmente. Não sei como é que isso será feito aqui, no protocolo penso que é mensal, mas não sei se não será de vir aqui, junto esta proposta esse plano global de formação, previsto para este ano, porque isso já deve estar feito. Certamente que está feito, não se vai atribuir uma verba de 16 mil euros ou de um euro, sem se ter previamente esse plano de formação.

É isso que nós pretendemos saber, que seja melhor explicado este projeto, nomeadamente este projeto, e que nos seja facultado esse plano de formação, porque não vem anexo à proposta.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** - Este processo é um processo que já tem algum tempo e já se falou dele mais do que uma vez. De qualquer maneira, posso dizer o seguinte: do que se trata é que há um núcleo de cerca de 20 jovens que vão ser a equipa.

Mas, regressando ao espaço *“Nosso Bairro Nossa Cidade”* da Bela Vista, todo. O espaço *“Nosso Bairro Nossa Cidade”* da Bela Vista é um espaço como há na Manteigada, há na Alameda da Palmeiras, vai haver no Forte, e também há na Quinta de Santo António. São espaços que a Câmara cedeu para a geração de processos participativos dos moradores, enfim, caminhando por uma lógica tipo pré-associativa, dos próprios moradores.

O que é que se faz nesses espaços? Esses espaços são geridos por eles, fazem reuniões, fazem atividades culturais, fazem atividades lúdicas, fazem atividades de apoio ao estudo. Portanto, é um processo que está em desenvolvimento.

No caso concreto do espaço *“Nosso Bairro Nossa Cidade”* da Bela Vista, que é um espaço de melhor dimensão, que é uma antiga creche, tem cinco salas grandes mais uma sala pequena, tem outras infraestruturas, onde podem fazer *“ateliers”*, também, de culinária e outras coisas, como estão a desenvolver, tem uma valência específica, que vai servir todos os bairros e que vai servir a cidade, para além de todos os bairros.

Essa valência é a valência de um estúdio de gravação e de vídeo, realização de cinema-vídeo, de gravação de CD's, dando abertura e, também, vai ter o Observatório da Bela Vista, criando um mecanismo de comunicação e um mecanismo de produção de obras artísticas. Esse espaço está a ser montado, ainda não está.

Vai ser gerido, depois, por uma comissão de gestão própria, que tem o conjunto das valências representadas. Vai haver dança, vai haver teatro, vai haver várias expressões musicais, vai haver desporto, atividades de combate, sobretudo. Vai haver um conjunto de atividades.

Em todas as áreas há atividade formativa. Está a ser desenvolvida pelos técnicos que estão no terreno, do próprio programa. Esta atividade é uma atividade, tecnicamente muito complexa e nós não temos capacidade de a fazer. O que é que nós decidimos? Para esta valência, os jovens interessados e são muitos, que têm produção musical própria, com os seus aparelhos em casa, etc, esses jovens foram chamados. Há um núcleo muito grande de jovens que está a trabalhar já há algum tempo e que vai, agora, receber, então, formação em gestão de um espaço desse tipo e vai receber formação técnica específica e de produção nos suportes vídeo, suporte fotografia e suporte produção, em termos de som.

Portanto, é disso que se trata. Posso pedir, digamos, os processos formativos e fazer chegar todo o conteúdo formativo. Não há nenhum problema.

Este trabalho, para além do conteúdo técnico-artístico que aqui estou a referenciar, tem um outro componente de dinamização da própria equipa juvenil. Portanto, não se trata só de chamar as pessoas, senão podíamos mandar os jovens a ações formativas - provavelmente, seria mais caro do que isto - em vários sítios, mas não se trata disso. Trata-se de criar um movimento à volta deste tipo de atividades e isso implica uma dinamização juvenil no próprio território, envolvendo não o Bairro da Bela Vista, ele próprio, só, onde se insere a atividade, mas o conjunto dos bairros do programa.

Como disse no início, o equipamento, quando estiver a funcionar, será um equipamento aberto ao conjunto da cidade e será uma valência, que irá promover uma relação profunda entre aqueles bairros e a cidade e vice-versa. Portanto, é este o objetivo. Percebo o que está a dizer. Depois, vou pedir o conteúdo formativo, não há nenhum problema, e faço-o chegar.

**Sr. Vereador Fernando José** – Agradeço os esclarecimentos. De qualquer forma, aquilo que percebi é que, que não tendo a câmara essa capacidade, portanto a possibilidade de dar essa formação, isso será entregue a essa associação.

Portanto, aquilo que se pretende saber - obviamente que, depois dessa informação que nos será prestada -, sobre esse plano de formação, quem também serão os formadores, se essa formação está credenciada, se não está credenciada. Portanto, tudo isso certamente virá nesse plano global de formação que nos irá fornecer. É isso?

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** - O formador é credenciado. É uma pessoa que tem formação num curso inglês de vídeo. Agora, a formação não é necessariamente credenciada por instituições. É uma formação que envolve um grupo de jovens num processo de dinamização. Depois, podemos evoluir para formações credenciadas. Inclusive, posso dizer que este tipo de trabalho, noutras áreas, tem dado lógicas de emprego.

Nós temos jovens que iniciaram processos formativos com especialistas - um deles, até, internacional, que se ofereceu para ir fazer uma formação em organização de eventos -, e temos, neste momento, jovens que aprenderam organização de eventos e estão, profissionalmente, a promover eventos.

Portanto, não que dizer que esta formação seja certificada, mas ficam a saber.

Entretanto, podemos trabalhar e faz parte da lógica do programa, a partir de um certo nível, havendo condições, vontade e possibilidades em avançar para formações certificadas que permitam, depois a lógica da empregabilidade ser aprofundada. Temos muita gente já a caminhar para a linha de emprego por esta via.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

## **12. Deliberação n.º 276/18 – Proposta n.º 94/2018 – DCED/SMBM – Doação de equipamento de calafate**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 38, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

13. **Deliberação n.º 277/18 – Proposta n.º 95/2018 – DCED/DICUL – Atribuição de subsídio ao movimento associativo: Associação Moradores Bairro da Anunciada e a União Desportiva Recreativa Casal das Figueiras no âmbito do III Festival dos Visigodos**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 39, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

14. **Deliberação n.º 278/18 – Proposta n.º 96/2018 – DCED/DICUL – Apoio à Sociedade Musical Capricho Setubalense pela colaboração na XIX Tertúlia “Eis Bocage... Conversas de Botequim”**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 40, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

15. **Deliberação n.º 279/18 – Proposta n.º 97/2018 – DCED/DIDES – Protocolos de Cedência de Instalações Desportivas Municipais – Época desportiva 2018/2019**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 41 a 46, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

16. **Deliberação n.º 280/18 – Proposta n.º 98/2018 – DCED/DIDES – Apoio financeiro ao Clube de Canoagem de Setúbal – Setúbal Cup 2018**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 47, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

17. **Deliberação n.º 281/18 – Proposta n.º 99/2018 – DCED/DIDES – Apoio financeiro ao Clube Ornitológico de Setúbal – Eventos Desportivos 2018**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 48, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**18. Deliberação n.º 282/18 – Proposta n.º 100/2018 – DCED/DIDES – Apoio financeiro ao Clube de Motorismo de Setúbal: 27.ª Rampa da Arrábida – Lighthouse Properties**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 49, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**19. Deliberação n.º 283/18 – Proposta n.º 101/2018 – DCED/DIDES – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação “A ONDA – Associação Orientadora para a Natação Desportiva em Azeitão” – Apoio financeiro no período de setembro a dezembro de 2018**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 50 e 51, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**20. Deliberação n.º 284/18 – Proposta n.º 1/2018 – GAVPS – Código de Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho RETIRADA**

**Sr. Vice-Presidente** - Não quero entrar na discussão do conteúdo da proposta. Não apreciei, não houve oportunidade dos serviços dos recursos humanos também fazerem uma comparação e uma apreciação disto.

Portanto, este código de conduta resulta de uma lei de alteração às leis, que é esta lei que está aí referida, a Lei 73/2017. É uma lei recente, mas, materialmente, atenção a esta questão, do assédio moral em sede laboral e, mais grave ainda, do assédio sexual. É uma questão relativamente nova, que pode ganhar proporções que, às vezes, nos fogem do nosso controlo.

Tanto assim é que nós já, hoje, aqui, tomámos uma deliberação, em relação a um procedimento disciplinar, precisamente antes de haver código de conduta sobre questões de invocação de assédio laboral.

Aquilo que está na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e aquilo que está no Código do Trabalho tem, objetiva e concretamente, alínea a alínea, as situações de deveres e obrigações da entidade empregadora pública e os direitos e garantias dos trabalhadores, em concreto, não em abstrato. A noção de assédio é relativamente conhecida, mas ainda não está devidamente absorvida, quer pelos serviços, quer pela opinião pública, quer pelos próprios trabalhadores.

Portanto, interessava concretizá-lo o mais possível, em que situações é que se torna, de facto, um caso de assédio. Não é por três vezes que se manda fazer uma coisa a um trabalhador, que está em atraso na sua tarefa. O trabalhador não pode invocar, por isso, o assédio. Vamos lá a ver, estou a falar em extremos, não é?

Portanto, é preciso ganhar corpo o conceito e materializar, o mais possível, as situações que são inadmissíveis como assédio ao trabalhador. Mas, nesse sentido, esta questão está, de facto, a precisar de ser trabalhada, sem prejuízo, mas com a noção de que, por aquilo que está na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e no Código do Trabalho, estão cobertas as situações quanto a direitos e garantias dos trabalhadores e aos deveres e obrigações das entidades patronais e das entidades empregadoras públicas. Estão cobertas as situações, que foram aliás, citadas aqui no âmbito da proposta.

Este artigo 71.º, alínea b), este “tratar com urbanidade e probidade o trabalhador e a obrigação de proporcionar boas condições de trabalho, tanto do ponto de vista físico como moral”, estas obrigações existem, estão objetivadas, são concretas. Não é por falta da sua regulação ou da aprovação de um código de conduta, cuja formalidade nem sequer está definida. Não é por isso que deixa de haver.

Recordo, por fim, que a matéria das relações laborais, nas autarquias, é da competência direta da Presidente da Câmara, não é da Câmara Municipal, sem prejuízo de a presidente do órgão querer trazer, à aprovação do órgão, um código de conduta ou um regulamento qualquer de regulação das relações laborais. Aliás, nós temos feito aprovar aqui o Regulamento Interno, em reunião de Câmara. Mas não é matéria de competência própria da Câmara é da competência própria da Presidente.

Portanto, propunha que se desse um enquadramento mais apropriado e mais objetivado a este código de conduta, para o completar, porque também está a precisar de ser atualizado o Regulamento Interno das relações de trabalho na Câmara Municipal de Setúbal. Nomeadamente, relembro a questão da proteção de dados, que também ainda não está refletida no nosso regulamento interno. Há duas matérias novas, que é da proteção de dados e a da assiduidade, que têm cominações às entidades, aos empregadores públicos, de tomarem medidas regulatórias.

Portanto, propunha que baixasse aos serviços. Não é retirar da deliberação. Baixasse aos serviços, para, em sede de Regulamento Interno, se completar com as matérias de proteção de dados pessoais e de código de conduta sobre o assédio, com o compromisso de que, na próxima reunião de Câmara, vêm cá trazidas as propostas de alteração do Regulamento e do Código de Conduta sobre a Prevenção e Correção das Situações de Assédio Laboral.

Portanto, propunha que se retirasse com este compromisso, para, depois, trazermos, na próxima reunião de Câmara, a proposta integrada no Regulamento Interno, para completar estas matérias, quer da proteção de dados pessoais, quer do assédio laboral.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Queria só acompanhar esta proposta do Vereador Manuel Pisco, e, também, chamar a atenção para o facto de não me parecer possível aprovar isto hoje, em qualquer circunstância, independentemente da proposta que fez. Porquê?

É que há uma referência: “Após serem auscultados os interessados, em incumprimento do estabelecido no n.º 2 do artigo 75.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprova-se”. Eu não conheço essa auscultação. Acho que não foi feita e que tem que ser feita antes da aprovação.

Portanto, neste caso, acho que não havia condições para aprovar, primeira questão.

A segunda questão, eu próprio não tive muito tempo para ler isto, mas li. Há aqui uma série de informação legislativa que não tive hipótese de cruz, não estou em grandes condições de ver se há aqui alguma coisa que não funciona.

Depois, o próprio preâmbulo do Código de Conduta repete, “*ipsis verbis*”, a proposta, e, no preâmbulo, há aqui dois parágrafos que não fazem nenhum sentido, que são os dois últimos parágrafos antes do Capítulo I, que é: “Após serem auscultados os interessados (...) aprova-se”, que é uma repetição “*ipsis verbis*”. Mesmo todo o texto do preâmbulo repete, “*ipsis verbis*”, o texto da proposta e tem que ser ajustado a texto de preâmbulo, porque há aqui uma forma de escrever que não é ajustada, com esta repetição “*ipsis verbis*” e, muito menos, com esses dois pontos que aqui são colocados.

Depois, no artigo 4.º, quando se fala na definição de assédio, o 1.º ponto: “É proibido o assédio” - e não há nenhuma definição. Não faz sentido estar aqui. Quando muito, este ponto teria ligação aos pontos 1 e 2 do artigo 5.º, mas, depois, também diz, num português difícil, que é: “O assédio pode ser praticado”. A forma como está escrito, até para dizer que pode. A forma como está escrita não é muito adequada à expressão ou à intenção da ideia.

Estou de acordo, genericamente, com a ideia. Estou de acordo, genericamente, com conteúdos que aqui estão, mas acompanho a proposta do Vereador Manuel Pisco e, mesmo que ele não a tivesse feito, iria propor que não se aprovasse hoje, enfim, por algumas inconformidades que aqui estão. Acho que isto é uma peça muito importante e que seria

muito importante os nossos recursos humanos confirmarem toda essa legislação e poder-se “coser” esta matéria, como o Sr. Vereador Manuel Pisco propôs.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** - Queria dizer que nós sabemos que a proposta está bem elaborada.

Mas, de qualquer das formas, esta poderá vir a ser um problema de futuro, com a aprovação da alteração ao Regimento que nós fizemos hoje. Sem os meios que não temos, obviamente, para transformar moções, por exemplo, em propostas, para integrar a ordem de trabalhos, corre-se o risco, como é o caso desta proposta, que sabemos que está bem elaborada. Corre-se o risco de serem apresentadas propostas que não estejam em conformidade com aquilo que deve ser, realmente, a dignidade deste órgão, que nós pretendemos que sejam propostas apresentadas conforme a lei e elaboradas num português que toda a gente entenda. Portanto, esse pode vir a ser um problema no futuro.

De qualquer das formas, relativamente a esta proposta, é isso que estamos a discutir, sabemos que ela está tecnicamente bem elaborada e do ponto de vista jurídico também.

**Sr. Vereador Fernando José** – A bancada do Partido Socialista registou as dificuldades aqui avançadas pelo Vereador Manuel Pisco e, também, pelo Vereador Carlos Rabaçal. Pois, essas são as dificuldades com que os vereadores do Partido Socialista e também, certamente, o vereador do PSD, se têm debatido ao longo dos anos, enquanto oposição, nesta Câmara Municipal de Setúbal.

Recebemos as propostas à sexta-feira e temos, depois, até à quarta-feira para as analisar e vir aqui debater. Como disse o Sr. Vereador Carlos Rabaçal - e muito bem -, não teve tempo, porque tem outros afazeres, e, certamente, muitos, na Câmara de Setúbal, e não teve tempo para analisar esta proposta, nem ir ver, ponto a ponto, as questões jurídicas.

Pois, também é o que nos acontece a nós, Sr. Vereador Carlos Rabaçal. É aquilo que nos acontece a nós de 15 em 15 dias, quando aqui temos que vir e temos que analisar aquelas inúmeras propostas. Os senhores têm os seus pelouros, estão a tempo inteiro, têm os assessores, têm toda uma estrutura atrás que permite, obviamente, fazer essa análise.

Neste caso aqui, em concreto, não houve esse tempo. Nós percebemos isso, sentimos isso na pele de 15 em 15 dias, mas ainda cá continuamos.

Não existem inconformidades na proposta que é apresentada. Esta proposta é apresentada na sequência de questões que foram levantadas há meses atrás e de um desafio feito, pelo Vereador Manuel Pisco, à bancada do Partido Socialista.

Aquilo que foi dito pelo Vereador Manuel Pisco, na altura – basta ler a ata -, é que desafiava o Partido Socialista a apresentar uma proposta de Código de Conduta. Pois ela aqui está. O desafio foi feito, foi aceite, levou tempo, obviamente que levou tempo. A proposta foi apresentada e não existe aqui qualquer tipo de inconformidade ou incoerência.

Agora, as questões que são levantadas - regulamento interno e proteção de dados -, são coisas que não têm nada a ver com isto, nem se queira incluir um Código de Conduta no Regulamento Interno. Portanto, é preciso ter isso em atenção.

Este é um importante instrumento de gestão, acho que todos o reconhecem. As dúvidas que aqui são levantadas, relativamente àquilo que é o assédio e àquilo que está nesta proposta, eu remeto para a página da CGTP. Logo na primeira página poderão ter acesso a todos os esclarecimentos às vossas dúvidas. É uma matéria que a CGTP tem vindo a debater ao longo deste último ano, uma matéria muito importante. Portanto, todos os esclarecimentos eu remeto para essa mesma página.

De qualquer forma, aceito, se esse for o compromisso. A bancada do Partido Socialista aceita, se esse for o compromisso, de dar aqui mais algum tempo, para que seja feita uma melhor análise e um melhor enquadramento desta mesma proposta. Aceitamos que ela seja retirada e apresentada na próxima reunião de Câmara.

Por último, esclarecer que, obviamente, esta é uma proposta de texto que terá de ser discutida com os trabalhadores da Câmara Municipal de Setúbal e os seus representantes, quer seja com a Comissão de trabalhadores, quer seja com os sindicatos. Mas é um texto. Eu

faço um paralelismo com aquilo que é aqui apresentado, com várias propostas que têm vindo aqui, à reunião de Câmara, que têm um texto e que nós aprovamos aqui, votamos a favor ou absteemo-nos, que vai para discussão e, em sede de discussão, temos, depois, oportunidade de, neste caso, relativamente ao texto, fazer as alterações ou sugerir alterações.

Agora, é, obviamente, um texto que tem que sair daqui, da Câmara Municipal de Setúbal. Já percebi que, na próxima reunião de Câmara, a Sra. Presidente irá trazer uma proposta, semelhante ou não, ou aproveitando o trabalho que foi feito, de Código de Conduta, que, certamente, depois de ser aprovado aqui - terá de ser aprovado -, irá à discussão com os sindicatos e com a Comissão de Trabalhadores ou com os trabalhadores. Isso terá, obviamente, de ser feito.

Portanto, a nossa intenção foi essa, foi trazer este documento. Já percebi que não há - não vou dizer vontade, porque vontade existe - a possibilidade de ela ser votada, no sentido de não haver uma votação desfavorável, porque o instrumento é demasiado importante para ser votado contra.

A bancada do Partido Socialista aceita que essa mesma proposta seja retirada, com o compromisso de ela ser trazida, novamente, à próxima reunião de Câmara.

**Sr. Vice-Presidente** – Comecei por dizer que não entrava no conteúdo da proposta, precisamente porque nós temos a noção que estas propostas, normalmente, são “copy paste”.

Isto pode ser o trabalho de um estagiário jurista qualquer, que trata de juntar aqui um enquadramento, mas o teor do Código de Conduta pode ser o da DGERT, pode ser de uma outra câmara, que já tenha sido publicado. Provavelmente, este segue muito o da DGERT. Já vi que sim, já percebi que sim.

Mas o Vereador Fernando José, sabe, até por dever profissional, que, antes de se deliberar, aqui, em reunião de Câmara, têm que ser ouvidas e tem que haver o parecer obrigatório das ORTs. Não é depois de aprovado em reunião de Câmara, nós temos que trazer os pareceres obrigatórios. Não está a propor minuta nenhuma, está a propor a aprovação do Código de Conduta.

Vamos lá a perceber. Se ele está perfeito ou não está perfeito, está excelente...

Fernando Paulino, se você ler os considerandos, vê que há, aqui, coisas que não têm nada que ver com o Código de Conduta, estão extravasadas do Código de Conduta. Se está muito rigoroso, aí no quarto parágrafo a contar do fim, termina assim: “quanto ao setor público, em cumprimento do artigo Lei n.º 73”. Falta aqui um número, qual é? Quer dizê-lo aqui?

Temos que rever isto, está a perceber? Temos que rever isto. E temos que trazer, aqui, os pareceres e as auscultações obrigatórias dos órgãos representativos dos trabalhadores, não é depois de deliberar. Eu não vou às ORTs (Comissão de Trabalhadores e comissões sindicais) e digo: “Olhem, a Câmara deliberou aprovar este Código de Conduta. Agora, digam lá vocês se concordam”. É o contrário. Sabe que é ao contrário.

Tem que ser preparado. O projeto é que tem de ser trazido a deliberação com os pareceres favoráveis sobre esse projeto, que é depois, aqui, votado. Essa proposta tem as votações. Portanto, não é uma má vontade para estar aqui a desfazer da sua proposta: “Vocês nunca propuseram, então traga lá da DGERT. Sim, senhora, muito bem.” A DGERT tem e há vários organismos que têm. Não são muitos, já agora lhe digo. Não são muitos, mas há vários organismos que têm. A lei também é recente.

Mas, como lhe disse inicialmente, repito, nada fica em risco no tratamento da questão do assédio laboral, na relação com os trabalhadores desta Câmara. Nada fica em risco. Por nós, atuamos. Hoje mesmo, as decisões que tomámos, já demonstraram que atuamos, nesta matéria, com cuidado. Portanto, não haja nenhuma ilação do tipo: “Ah, não querem aprovar o Código de Conduta do assédio”.

Não é isso. Nós atuamos, nas relações, com todo o cuidado e com responsabilidade. E, quando é preciso sancionar, sancionamos.

Até pode ser uma reunião. Agora, já não sei é se aquela sua apreciação, de que isto não cabe dentro do Regulamento Interno, se tem validade. Obviamente que as normas que estão



4

previstas, em relação à proteção de dados, estão referidas no nosso, antecipadamente. Até estão definidas no nosso Regulamento Interno, quando ainda não havia este código de conduta sobre a proteção de dados pessoais.

Agora, aparece esta questão da formalização do assédio, mas é nas relações de trabalho que, estão lá reguladas, que está lá regulado o procedimento disciplinar. E isto é, como a própria lei diz, obrigação de regular. Isto, o Código de Conduta e as consequências disciplinares que resultam de comportamentos que tenham assédio. Portanto, é onde está regulado, internamente, o procedimento disciplinar, que nós temos que pôr todas as infrações disciplinares que lhe deem causa.

Por isso, eu insistia na proposta, que era para os serviços “mastigarem” isto, trazerem isto, para fazerem as consultas às ORTs e trazerem aqui com os pareceres legalmente obrigatórios.

**Sra. Presidente** – Vereador Fernando José, o que é que você tem que estragar isto sempre? Eu não estou a perceber. É que você confunde-nos com o Partido Socialista. Nós não somos o Partido Socialista. Você confunde-nos. A sério, confunde-nos.

Você tem que fazer uma introdução um bocado a despropósito, como se nunca tivesse tido conhecimento – se calhar, não tinha conhecimento - de como é que funcionavam as sessões de câmara quando o Partido Socialista era executivo. Se calhar, não tinha conhecimento de que já não tinha conhecimento. Não, tinha conhecimento, de como é que a CDU era desrespeitada permanentemente. Permanentemente. E, às vezes, com desconhecimento. Às vezes não, muitas vezes, porque aquilo que iam fazer... De não convites para as iniciativas, tanta, tanta, tanta coisa.

Tenho impressão que você desconhece. Desconheceu, para, agora, estar a tentar equiparar, por causa duma proposta que nós estávamos, até, a ajudar. Nós não nos aproveitamos das coisas, como vocês se aproveitam, às vezes. Vocês, Partido Socialista, às vezes, aproveitam-se das coisas e depois têm memória curta e aí vai ele...

Olhe, para falar na geringonça. Não vamos mais longe, só a última. Parece que já esqueceu. Parece que já foi há muito tempo. Só a última: São Governo porque nós quisemos, também. Portanto...

Mas, vocês são sempre de uma ingratidão e, às vezes, de uma forma tão agressiva, a colocar as coisas. Tem, tem que ver com as coisas. Você estava a tentar dizer que, na próxima reunião...

Primeiro, começou por dizer: *“Ah e tal, isto é como sempre, não teve tempo. Pois, não teve tempo. A gente também não tem tempo. Isto é em cima da hora, tal e tal...”* disse: *“O Sr. Vereador Rabaçal não teve tempo, tem muito que fazer. É também para ver que nós também, às vezes, recebemos à última da hora e tal. É a forma como nos tratam”.*

Mas, porquê? A gente estava aqui a dizer...

O vereador já me tinha perguntado se eu estava de acordo em que pedíssemos ao Partido Socialista para retirar, mas não era preciso a introdução, assim, agressiva. Se tirávamos, para melhorar, para vocês trazerem isso na próxima reunião. Ninguém vos quer ficar com os louros. Ela foi apresentada por vocês, por que é que não há-de ficar melhorada?

Ainda há pouco, sem transmitir o teor da nossa conversa, dos três partidos (CDU, PS e PSD), tivemos uma conversa parecida e acordámos os três uma forma de trabalhar melhor. Não tenho que dizer aqui o teor da conversa. Para podermos trabalhar melhor. E você chega aqui e *“borra a pintura toda”*. E esta proposta até vai de acordo com parte da nossa conversa.

Foram várias coisas, para melhorarmos e dignificarmos o nosso trabalho, aqui. Para dignificarmos, todos, o nosso trabalho, aqui. Respeitando as divergências e as diferenças de cada um. Uma das coisas que falámos está aqui: *“Vamos melhorar, vamos apresentar”* - e o Partido Socialista apresenta. Quer dizer, o Vereador Rabaçal disse: *“Isto tem que ir às ORTs”*, o Vereador Pisco disse: *“Retirem, baixa, melhora, propõe-se”* e você já estava, no fim da sua conversa, a dizer: *“Ah, estou mesmo a ver. Depois, vem a Presidente apresentar a proposta”.*

4

**Sr. Vereador Fernando José** - Aquilo que eu disse foi uma coisa muito simples, foi que nós sentimos de 15 em 15 dias. Não foi uma crítica. Percebo isso perfeitamente - e não é com ironia. Eu percebo isso perfeitamente. É o que nós sentimos 15 em 15 dias.

A proposta foi apresentada por nós, o Sr. Vereador Carlos Rabaçal não teve tempo de ler a proposta. É o que nos acontece a nós. As propostas vêm do Sr. Vereador Carlos Rabaçal, vêm dos outros vereadores, vêm da Sr.ª Presidente. Nós, em 48 horas, muitas vezes não temos tempo.

Foi isso que eu quis dizer. Sentimos isso e percebemos. Percebi aquilo que disse o Vereador Manuel Pisco e percebi aquilo que disse o Vereador Carlos Rabaçal. Têm razão em muito daquilo que foi dito. Por isso, nós aceitámos retirar a proposta. Nós aceitamos e se for a Sra. Presidente a trazer a proposta tudo bem, não tem qualquer tipo de problema. Não foi com essa intenção.

**Sra. Presidente** – Sr. Vereador, se esta é uma proposta boa, é uma proposta que ajuda a um melhor funcionamento da Câmara, se foi apresentada pelo Partido Socialista, foi apresentado pelo Partido Socialista. Se as ORTs têm que ser ouvidas...

Isto está bem feito. Tem que ter, aqui, umas alterações, porque isto é um documento que tem que ficar por muitos anos, acho eu. É um documento que não pode ser efémero. Se é um documento que não pode ser efémero, têm que ser ouvidas as organizações dos trabalhadores, os sindicatos.

Por que é que isto não pode ser melhorado? Por que é não podem ser ouvidos e sobe, novamente, pela mão do Partido Socialista? Qual é o problema? Nenhum. Não vale a pena estragar as coisas.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** - Antes de mais, quero começar por dar os parabéns pela pertinência da proposta. Naturalmente, penso que isso é reconhecido, aqui, por todos. É uma outra forma de colocar as coisas, mas acho que é reconhecido, aqui, por todos, que não é fácil, como é evidente, trazer aqui uma proposta que tenha, pelo menos, este nível, esta base de fundamentação. Portanto, este é um reconhecimento acrescido.

Quero frisar, aqui, os parabéns pela proposta e a pertinência do tema, Naturalmente que, quer agora, quer no futuro, penso que esta questão será pertinente colocar e acho que, aqui, o que ficou frisado foi isso mesmo. Este tipo de temática, no mundo laboral, até, recentemente, tem vindo a ganhar uma mediatização muito maior, internacional até - os movimentos *#MeToo*, etc, que são lançados - e, portanto, ele é pertinente ser abordado e é pertinente ser abordado numa reunião pública.

Creio que, aqui, o mais importante a extrair é mesmo isso, é a nossa concordância e creio que, também, dos restantes partidos, como é evidente, e que, depois, ela seja remetida com os seus devidos melhoramentos. Como, obviamente, aqui fica, o reconhecimento do trabalho realizado e que, com certeza, ficará ainda melhor com os contributos.

Pelo que percebo, o PS retirará a proposta, mas não queria deixar de dar esta nota de apreço, pela proposta apresentada.

**Sra. Presidente** – Então, está retirada a proposta, para, depois, subir.

#### **B) Período destinado à intervenção do público**

Não houve.

A Sra. Presidente submeteu à votação e aprovação as deliberações tomadas em minuta, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, a Sra. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezoito horas e trinta minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

A Presidente da Câmara,



Maria das Dores Marques Banheiro Meira

Esta ata que foi aprovada em reunião de Câmara de 17 de outubro de 2018, por unanimidade, contém 27 folhas numeradas e rubricadas pela Sra. Presidente.

O Diretor do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos



Paulo Jorge Simões Hortênsio

Ata elaborada por:  
Carlos Mendes